

Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil*

Janailson Macêdo Luiz**

Resumo:

Este artigo apresenta problematizações sobre a trajetória de vida de Francisco Manoel Chaves (1906-1972). Negro e de origem camponesa, Chaves participou de importantes movimentos relacionados às lutas sociais no Brasil, como a Aliança Nacional Libertadora, a militância comunista no PCB – e, posteriormente, no PCdoB – e a Guerrilha do Araguaia. O estudo sobre sua trajetória possibilita compreender diferentes atuações dos negros em movimentos de esquerda no Brasil, em especial na luta armada.

Palavras-chave: negros; ditadura; Guerrilha do Araguaia; Francisco Manoel Chaves.

Notes on the clandestinity: Francisco Manoel Chaves and black participation in communist mobilizations in Brazil

Abstract:

This article presents problematizations about the life trajectory of Francisco Manoel Chaves (1906-1972). Black and of peasant origin, Chaves participated in important movements related to social struggles in Brazil, such as the National Liberating Alliance, the communist militancy in the PCB – and later on PCdoB – and the Araguaia Guerrilla. The study of his trajectory makes it possible to understand different actions of blacks in leftist movements in Brazil, especially in armed struggle.

Keywords: black; dictatorship; Araguaia Guerrilla; Francisco Manoel Chaves.

* O artigo está vinculado a uma pesquisa de doutorado mais ampla, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), que tem como objeto a atuação de negros e negras durante a Guerrilha do Araguaia.

** Professor da Faculdade de História da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) – Campus Marabá-PA, Brasil. Doutorando em História Social pela USP, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: janailson@unifesspa.edu.br

Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir com a melhor compreensão acerca da trajetória de um militante comunista que atuou em um dos principais movimentos de luta armada do contexto da Ditadura, a Guerrilha do Araguaia (1972–1974): Francisco Manoel Chaves (1906–1972)². As escassas fontes sobre a trajetória desse homem negro – morto em combate com as Forças Armadas em 1972, em São Geraldo do Araguaia, sul do Pará – ao invés de mero impedimento à produção de uma pesquisa sobre sua história de vida, ajudam a tornar cognoscíveis algumas opções que ele adotou frente aos diversos contextos que vivenciou.

Na busca pelos rastros³ deixados pela atuação militante de Chaves, são abordadas, como fontes, as publicações do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao qual ele fora vinculado, bem como de agentes que conviveram com ele ou que se interessaram por sua trajetória (Ramos, 2008; Nogueira Júnior, 2018). São documentos produzidos frente aos rastros de experiências vividas no passado, mas que continuam a ser evocadas no presente por ter algo a dizer à sociedade atual e por estar inseridas em novos embates, novas lutas, novas significações. São marcas deixadas por um indivíduo que, em boa parte do tempo, lançou mão de codinomes e outras estratégias para driblar a malha da repressão política: “Preto Chaves viveu quase toda a sua vida adulta na clandestinidade, e foi bom nisso” (Nogueira Júnior, 2018, p. 1).

A “questão racial” e os passos iniciais do comunismo no Brasil

Antes de irmos mais a fundo na trajetória de Chaves, torna-se relevante realizar um brevíssimo sobrevoo sobre como os comunistas lidaram com as “questões raciais” nas primeiras décadas de atividade do comunismo no Brasil, visando a melhor entender o contexto no qual Chaves passara a atuar no PCB e depois no PCdoB. Evidentemente, faremos uma abordagem não exaustiva, mas que nos auxilie a melhor mapear as condições de possibilidade da sua atuação na militância comunista.

Buonicore, no seu artigo que apresenta reflexões sobre o marxismo e as questões raciais em nosso País, fala do “débito dos comunistas em relação à elaboração teórico-política em torno da ‘questão racial’ no Brasil” (2018, p. 9) e

² A data de seu nascimento (18/04/1906) está presente em reportagem assinada por Rodrigues (2017), a partir de documento localizado pelo pesquisador Agildo Nogueira Júnior, ligado ao PCdoB, em que constam ainda os nomes dos seus pais, Adão Manoel Chaves e Filomena Francisca, e seu estado de nascimento como Minas Gerais.

³ Como aponta Gagnebin: “[...] Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro.” (2006, p. 37).

destaca que “A título de conclusão provisória podemos afirmar ter existido um atraso por parte dos comunistas em compreender a importância da luta antirracista no Brasil” (*Id., Ibid.*, p. 12).

Sem deixar de salientar a importância das ações dos comunistas para a criação de condições mais favoráveis às lutas contra o racismo, aponta que, mesmo após a aprovação da *Tese sobre a questão negra*, durante o quarto congresso da Terceira Internacional Comunista, em 1922, e da presença efetiva de operários negros em seus quadros, os comunistas brasileiros acabaram, por muito tempo, marginalizado a importância da questão racial no País:

O movimento operário nos primeiros anos do século XX, hegemônico pelos anarquistas, não deu atenção especial ao problema racial nem incorporou as reivindicações específicas dos trabalhadores negros. O Partido Comunista do Brasil (PCB), como herdeiro dessa tradição, no seu congresso de fundação e mesmo nos seus primeiros anos de vida, também não colocou a luta pela igualdade racial entre suas bandeiras (Buonicore, 2018, p.9).

Por outro lado, Sotero aponta uma maior presença de pautas das populações negras no cerne do debate político mais amplo e no interior do próprio PCB no contexto posterior ao Estado Novo (1937-1945). A ampliação dessas pautas, contudo, fora dificultada pela cassação dos direitos políticos do PCB em 1948:

As interpretações do PCB tanto sobre a situação racial quanto sobre a conjuntura política do país parece ter influenciado no recrutamento político de lideranças negras ligadas ao movimento sindical. [...] Contudo, a trajetória política dessas lideranças, que se apresentava como um fenômeno singular na política partidária brasileira, foi bruscamente interrompida com a cassação dos direitos políticos do Partido (Sotero, 2015, p. 279).

Apesar disso, o autor salienta que a presença negra nos partidos da época fora fundamental para a “emergência da temática racial na cena política”, deixando como um dos legados a promulgação da lei Afonso Arinos (Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951), “que tornou a discriminação racial uma contravenção penal.” (*Id., Ibid.*, p. 280).

No cerne do PCdoB, formado em 1962, a partir da cisão efetuada no PCB⁴, a questão racial, ainda que abordada, também não ganhou um papel central. No entanto, o partido também conseguiu atrair mulheres e homens negros para seus

⁴ Em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, que utilizava a sigla PCB. Esse partido, em 1960, passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla original. Em 1962, após racha interno do PCB, o PCdoB foi fundado por dissidentes, como Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Amazonas.

quadros, vindo 10 deles lutar entre os cerca de 70 guerrilheiros do Araguaia (Brasil, 2017)⁵. Mesmo assim, ainda que reconhecida como um problema, a opressão racial era diluída entre as demais opressões efetuadas pela burguesia frente às massas.

Em junho de 1968, por exemplo, no número 23 do jornal do partido – *A Classe Operária* – fora veiculada a *Declaração de Mao Tse-Tung em Apoio à luta dos afro-americanos*, além de um artigo introdutório à referida declaração, intitulado *Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos*. Em alguns trechos, fora aludido pelo PCdoB um paralelo entre a opressão dos negros nos Estados Unidos e no Brasil:

Também no Brasil, as massas negras que constituem quase um quinto da população, são relegadas a uma vida de sofrimento e miséria. Vítimas de preconceitos de cor, a elas incumbem as tarefas mais duras e menos remuneradas. Não têm acesso à cultura e às profissões de maior qualificação. Moram nas favelas das grandes cidades e *vegetam nas vastidões do interior do país* (Partido Comunista do Brasil, 1968, p.1, grifo nosso).

Ao tratar dos EUA, em m outro trecho, salientou-se a distinção entre as massas negras e os trabalhadores brancos. Mas, ao direcionar-se aos interlocutores brasileiros, investira em uma noção mais unificada de povo:

As massas negras e os trabalhadores brancos, dos Estados Unidos, assim como o povo brasileiro, só se libertarão, efetivamente, derrotando os imperialistas ianques.

Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos!

Viva a unidade dos povos oprimidos de todo o mundo contra o seu inimigo mortal, a burguesia monopolista dos Estados Unidos! (Id., *ibid.*, 1968, p.1).

No seu planejamento quanto à guerrilha rural, a partir de uma linha maoísta⁶, o PCdoB acabaria adotando a mesma concepção genérica de massas. Apesar disso, sua proposta de atuação frente às populações pobres do campo acabaria por reunir dezenas de militantes em seu projeto de luta armada, entre os quais, como já dito, mulheres e homens negros, como o velho militante Francisco Chaves.

⁵ Conforme Brasil (2009): Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974); Helenira Rezende de Souza Nazareth, (1944-1972); Dinalva Conceição Oliveira Teixeira (1945-1974); Rosalindo Cruz Souza (1940-1973); Antônio de Pádua Costa (1943-1974); Dermeval da Silva Pereira (1945-1973); Idalísio Soares Aranha Filho (1947-1972); Lúcia Maria de Souza (1944-1973); e o próprio Francisco Manoel Chaves (1906-1972).

⁶ O PCdoB dera papel central à concepção da guerrilha rural, seguindo o modelo da Revolução Chinesa. Defendia a ação de luta armada em detrimento de alianças classistas, inclusive das ações de luta armada organizadas em âmbito urbano. No Brasil, o modelo mais exitoso de revolução deveria principiar por um cerco às cidades por meio de uma guerra popular prolongada iniciada no campo (Campos Filho, 2012).

Francisco Chaves e os caminhos até o Araguaia

Não é de fácil interpretação a trajetória de um militante perseguido por duas ditaduras distintas, a varguista e a militar, e de quem, até os dias atuais, não se localizaram informações sobre os familiares. Mas, essas mesmas dificuldades acabam servindo de testemunho para as tensões próprias de sua história de vida.

No perfil biográfico intitulado *Francisco Chaves, Denodado lutador de Vanguarda*, que encerra a obra *Cinquenta anos de luta*, é feita uma homenagem do PCdoB à memória do guerrilheiro morto no Araguaia na seção *5 heróis comunistas*⁷. Esse perfil fora publicado, anteriormente, no número 85 do jornal *A Classe Operária*, em maio de 1974:

A figura simples, alegre e otimista, mas responsável e firme denodado camarada era muito conhecida de numerosos militantes do movimento popular e anti-imperialista brasileiro. Oriundo de uma família de camponeses pobres de ascendência africana, desde criança sentiu duramente as injustiças e os preconceitos de que são vítimas as pessoas humildes e de pele negra (Partido Comunista do Brasil, 1975, p. 197).

Em 1935, aderiu à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e acabou sendo preso no presídio de Ilha Grande, junto a outros militantes comunistas.

Seu nome começou a destacar-se durante a feroz repressão que se seguiu à derrota da insurreição de 1935. Preso pelos que se esmeravam em liquidar o setor revolucionário da Marinha, suportou por seis meses a fio torturas inenarráveis por sua bestialidade. Sob a chefia do famigerado comandante Lúcio Meira, um dos piores verdugos daquele período, a horda repressiva queria obrigar nosso valente camarada a entregar os membros da Aliança e do Partido existentes naquela corporação e ainda não descobertos. Mas não conseguiram seu intento. Inquebrantável foi a resistência de Francisco Chaves (Id., *ibid.*, p. 198).

Mais conhecidas do que o perfil do PCdoB são as menções feitas a Francisco Chaves por Graciliano Ramos⁸, na obra *Memórias do Cárcere*. Francisco e Graciliano foram contemporâneos na prisão da Ilha Grande/RJ. O texto do perfil já apontava para essa menção em que o escritor alagoano, em uma pas-

⁷ “Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luis Guilhardini, Lincoln Roquete, Francisco Chaves” (Partido Comunista do Brasil, 1975, p.177). Como aponta Buonicore (2018b, p. 1): “A eclosão da guerrilha levou a um aumento, sem precedente, das perseguições aos dirigentes do PCdoB. (...) foram presos, barbaramente torturados e assassinados três membros efetivos do Comitê Central Carlos Danielli, Lincoln Oest e Luís Guilhardini e o candidato a membro do Comitê Central Lincoln Roque”.

⁸ Graciliano, que a época ainda não era filiado ao PCB (sua filiação ocorreu em 1945) fora preso no início de 1936: “Sua prisão foi inteiramente arbitrária, própria do ambiente da época, imediatamente posterior ao esmagamento dos levantes da Aliança Nacional Libertadora de novembro de 1935” (Gorender, 1995, p. 325).

sagem que pincela uma cena do cotidiano do presídio, refere-se a Chaves e a seus companheiros negros como pessoas autônomas e resistentes às agruras do confinamento. Nas palavras de Ramos:

Tomou os papéis, encaminhou-se ao fundo escuro do alojamento, onde, sobre tábuas, várias pessoas se reuniam às vezes, cochichavam, rabiscavam (...) juntavam-se ali algumas figuras negras, curiosas: Claudino⁹, esgaldado, rijo, sério, de voz áspera; Francisco Chaves, gordo e baixo, sempre em luta com dificuldades imensas de expressão; Aleixo, estivador na Bahia, se não me engano, criatura amável em extremo, a fala mansa, um brilho de inteligência nos vidros dos óculos redondos. Provavelmente esses indivíduos não iriam achar imprescindível a mudança de um adjetivo, dispensariam a minha cooperação (Ramos, 2008, p. 238).

Mais adiante, continua ressaltando a figura de Chaves e de seus companheiros em comparação a outros sujeitos que, em sua visão, não encaravam com a mesma tenacidade as tensões do confinamento: “Esse encolhimento e essas evasivas contrastavam com a energia de Claudino, de Aleixo, de Francisco Chaves, os três negros ocupados sempre em conciliábulos no fim do galpão.” (Ramos, 2008, p. 258).

Nota-se que as duas passagens apresentam sociabilidades específicas entre os prisioneiros negros, dando indícios de que mantinham uma constante aproximação no contexto de confinamento. O que discutiriam em seus “conciliábulos no fim do galpão”? Já se conheciam das atividades militantes realizadas antes do aprisionamento? Viriam a manter essa aproximação nos anos posteriores?

Em 1937, Chaves foi expulso da Marinha. Após a saída da prisão, integrou-se ao PCB, em que chegou a atuar como suplente do Comitê Central. Esteve entre os militantes que aderiram à ruptura com o partido, nos anos 1960, passando a atuar pelo PCdoB. Segundo o já citado documento produzido por esse partido:

[...] após a ruptura aberta do Partido com o revisionismo contemporâneo¹⁰ e particularmente depois do golpe militar de 1964, ele contribuiu, na condição de membro do Comitê Metropolitano da Guanabara, para que a maioria dos camaradas dessa região desmascarasse o grupo traidor de Prestes e marchasse ao reencontro com o PC do Brasil (*Id., ibid.*, p. 199).

⁹ Acreditamos se tratar de Claudino José da Silva (1902–1985), que no mesmo período estava preso na Ilha Grande sob acusação de atuar junto à ALN, sendo solto em 1938 por falta de provas (BUONICORE, 2015). Claudino, que em sua vida desenvolvera atividades como ferroviário, carpinteiro e pintor de paredes, chegara a ser presidente da Frente Negra Mineira. Entre 1946 e 1947 atuou como deputado eleito pelo PCB na Assembleia Constituinte (Sotero, 2015; Buonicore, 2015).

¹⁰ O PCdoB atacava, em suas publicações, o que chamava de “revisionismo soviético”. “Essas disputas, por sua vez, estariam ligadas ao impacto causado pelo relatório secreto apresentado por Nikita Khrushchev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no qual foram denunciados crimes praticados por Josef Stalin, causando grande impacto no movimento comunista internacional” (Sales, 2017, p. 299).

Nesse perfil, a trajetória de Chaves é narrada a partir dos enquadramentos da visão política do PCdoB e são utilizadas categorias presentes nas publicações feitas nas décadas de 1960 e 1970 para se referir às divergências com o PCB e outros grupos. Por isso, a expressão “revisão contemporâneo” não surge ao acaso. Do mesmo modo, é frisada a escolha de Francisco Chaves, em diversos momentos, por aderir às concepções que viriam a ser defendidas pelo partido:

Ao sobrevir o grande surto revisionista de 1956, não se deixou enganar em atemorizar pela gritaria da corja de revisionistas kruschovistas contra Stálin e o Partido, a ditadura do proletariado e o movimento comunista (...). Aliás, Chaves sempre guardou reservas a respeito da posição de Prestes como dirigente comunista devido a sua formação caudilhesca nos quadros da oficialidade do Exército (Partido Comunista do Brasil, 1975, p. 199).

Esse tipo de enquadramento da memória (Pollak, 1989) se faz presente como estratégia narrativa e política, tendo em vista a utilização de publicações como *Cinquenta anos de luta* e do jornal *A classe operária* para o alinhamento da atuação dos militantes:

Quanto às publicações do próprio partido sobre o seu passado, pode-se começar lembrando que o PCdoB sempre dedicou grande atenção à problemática de sua história. A característica geral dos escritos é a utilização do passado para respaldar a sua atuação política no presente e reforçar a identidade ideológica da militância (Sales, 2017, p. 301).

Evidentemente, são relevantes as informações apresentadas no referido perfil sobre Chaves, que iriam, inclusive, compor o núcleo principal das publicações vindouras, como as divulgadas pelo próprio partido ou voltadas para as vítimas da repressão e do desaparecimento forçado no contexto da Ditadura, incluindo-se o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Mas, é fundamental ter em vista os lugares sociais (Certeau, 1982) e as institucionais que nortearam a produção da narrativa sobre a biografia de Chaves produzida pelo PCdoB.

No perfil, não são detalhadas suas ações no Araguaia durante os anos de preparação das atividades do partido na região, nem no tocante às suas ações no cerne do Destacamento C. Pesara, certamente, o fato de ter sido publicado (1974-1975) quando boa parte dos integrantes da Comissão Militar já estava morta, como o líder da Guerrilha, Maurício Grabois (1912-1973); em fuga, como Ângelo Arroyo (1928-1976), após o ataque efetuado pelos militares em dezembro de 1973, conhecido na literatura sobre a Guerrilha como *Chafurdo de*

Natal (Campos Filho, 2012); ou, ainda, no exílio na Albânia, como ocorreu com João Amazonas (1912-2002)¹¹.

Como são escassas as fontes sobre Francisco Chaves, não sabemos o que ele teve que abandonar em prol de suas atuações políticas no cerne da causa comunista, justamente por não serem identificadas documentações que nos permitam o aprofundamento a esse respeito. Em sua dissertação sobre militantes políticos que viveram na clandestinidade no contexto da Ditadura Militar, Scarpelli mostra o quão distintas foram as experiências e os tipos de atuação a que os clandestinos estavam envolvidos, e nos lembra que:

Compreende-se que essa não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política [...] não é uma escolha livre no sentido pleno do termo. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação do país, de falta de liberdade, de censura, torturas, assassinatos; enfim, é determinada pela perseguição declarada pelo poder militar (2009, p. 108).

No Araguaia, Francisco Chaves iria adotar o codinome de Zé Francisco e se integrar ao Destacamento C da Guerrilha, um dos três a partir do qual o partido organizara a sua ação. É importante lembrar que os primeiros militantes estavam em atuação no local¹² desde 1966-67.

Entre 1970 e o início de 1972, a maioria se estabeleceu ao redor dos três destacamentos, buscando integrar-se à vida dos moradores. Tal integração seria importante para os passos seguintes do projeto revolucionário. Até serem descobertos pelos militares, os futuros guerrilheiros buscaram se confundir com a população, enquanto faziam treinamentos militares secretos no interior da floresta amazônica e realizavam atividades de mapeamento da região (Campos Filho, 2012).

Chaves é apontado como um dos principais elos com os praticantes do Terecô, religião de matriz africana, também conhecida como Tambor da Mata, que chegou à região a partir dos migrantes maranhenses: “[...] nos terreiros de terecô que frequentava com regularidade ao lado de Osvaldão, passou a ser o Preto Velho, aliás, entidade que costumava encarnar quando dava conselhos aos

¹¹ Durante o cerco aos apoiadores da Guerrilha nas cidades, foram mortos os responsáveis pela editoração e distribuição de *A Classe Operária*, que passara a ser escrita a partir da Albânia: “A classe operária chegou a ser escrita no exílio e transmitida ao Brasil através da Rádio Tirana. Cabia aos militantes gravar estes conteúdos e transformá-lo em jornais impressos, muitas vezes precariamente, em mimeógrafos ou mesmo através de máquinas de datilografia” (Fundação Maurício Grabois, 2018, p. 1).

¹² A Guerrilha fora realizada na confluência dos Rios Araguaia e Tocantins, entre os estados de Goiás, atual Tocantins, Pará e Maranhão.

frequentadores.” (Corrêa, 2013, p. 289). Cena atípica, pois, a de um histórico militante comunista incorporando um Preto Velho em uma sessão de Terecô. Tal cena aponta, no entanto, uma possível confluência entre a trajetória religiosa de Chaves, da qual não dispomos de fontes além dos relatos sobre ele no Araguaia e da estratégia política de aproximação entre os guerrilheiros e a população local. Nesse sentido, a sua escolha para atuar no Araguaia parte de líderes com quem já convivia desde a época do PCB (Maurício Grabois, João Amazonas e Ângelo Arroyo) ou teria ocorrido ao acaso? Não seria justamente uma busca de estreitar laços com as populações negras e camponesas? Seu aceite em participar não teria se dado, de igual modo, visando a esse tipo de ligação?

Não é demais lembrarmos que, dentre os documentos produzidos pela Guerrilha, encontra-se um programa com vinte e sete pontos intitulado *Em defesa do Povo Pobre e Pelo Progresso do Interior*, que fora apresentado à população durante os combates, e em que é defendido o “Respeito a todos os cultos religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive a *pajelança*, o *terecô*, o espiritismo, desde que essas práticas não causem dano ao indivíduo.” (Amorim, 2014, p. 412, grifo nosso).

É muito provável que fora um dos pontos que se tornaram possíveis a partir da atuação de Chaves e outros militantes/guerrilheiros junto aos terecozeiros, como Osvaldão, líder do destacamento B. A inclusão desse item também mostra os agenciamentos realizados por aqueles religiosos que buscavam se inserir como sujeitos no diálogo com os guerrilheiros¹³.

De abril de 1972 a dezembro de 1973, as Forças Armadas organizaram três grandes operações. Chaves fora assassinado na segunda dessas campanhas, enquanto participava de uma operação em busca de comida, em um momento em que os guerrilheiros estavam recolhidos no interior da floresta. Ângelo Arroyo descreveu sua morte em seu conhecido relatório sobre a Guerrilha:

Como estivessem sem alimento, Vitor resolveu ir à roça de um tal de Rodrigues, apanhar mandioca (...). Acontece que, no momento exato em que os soldados passavam pelo local onde eles estavam, um dos companheiros fez um ruído acidental. Os soldados imediatamente metralharam os quatro. Dois morreram logo: Vitor e Zé Francisco. Antonio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço¹⁴ (Arroyo, 1980, p. 258).

¹³ Em outro artigo, trabalhamos mais detidamente sobre as relações entre o terecô e a Guerrilha. Ver Luiz (2017).

¹⁴ Guerrilheiros relatados no episódio: José Toledo de Oliveira (1941–1972), o Vitor; Antônio Carlos Monteiro Teixeira (1944–1972), o Antônio (da Dina); Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina (1945-1974).

O relatório final da CNV, por sua vez, define do seguinte modo a operação que ocasionou a morte de Francisco Chaves:

Francisco Manoel Chaves foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Papagaio. Realizada entre 18 de setembro de 1972 e 10 de outubro de 1972, esta operação teve como objetivo alijar da área os guerrilheiros que ali atuavam, sendo realizada com a utilização de força militar ostensiva, comportando operações de contra guerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, bem como pela execução de operações psicológicas e ações cívico-sociais. Foram empregadas unidades oriundas de diversos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sob o comando geral da 3ª Brigada de Infantaria, contando ainda com a participação conjunta de elementos do Centro de Informações do CIE, CISA e Cenimar (Brasil, 2014, p. 1051)¹⁵.

Em 1991, quando fora localizada, no cemitério de Xambioá, a ossada atribuída a ele, não foram identificados parentes que pudessem fazer o cruzamento de DNA e atestar que seriam ou não aqueles os seus restos mortais, estando ainda hoje a ossada guardada à espera de identificação (Brasil, 2014). Como é apontado em reportagem assinada por Rodrigues, a atuação do guerrilheiro junto ao terecô teria contribuído para essa possível identificação, dada a guia que utilizara no pescoço:

O sargento [José Manoel Pereira, em reportagem de 1990] revelou também que Preto Chaves carregava no peito um cordão de terecô, um patuá da religião afro cujo “terreiro” era frequentado pelo ex-marinheiro. ‘Tínhamos informações de que o guerrilheiro negro era considerado feiticeiro’, disse J. Pereira, que se referiu ainda a “uns cordões amarrados’ usados pelo guerrilheiro. [...] ‘É muito pouco provável que um guerrilheiro negro, o que era raro, fosse enterrado, naquele mesmo local, com os cordões de terecô sem ser o Chaves’, afirmou um dos integrantes do GTA (2017, p. 1).

Embora as fontes apontem que não fora “rara” a participação de negros entre os guerrilheiros do Araguaia, como teria afirmado o integrante do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), formado com o objetivo de identificar a localização dos corpos dos mortos e desaparecidos no contexto da Guerrilha, não deixa de ser atípica a atuação de Chaves, principalmente se considerarmos um universo maior dentre os militantes que atuaram na luta armada no contexto da Ditadura, e as especificidades de sua trajetória.

¹⁵ Além da linha de comando militar responsável pela operação, o relatório aponta o relato de um militar que afirma ter participado do cerco ao grupo integrado por Chaves, o sargento José Manoel Pereira, que aponta os supostos responsáveis pelos disparos (Brasil, 2014). Pereira é mencionada na citação seguinte.

Também chama a atenção, no relato anterior, a concepção atribuída ao sargento J. Pereira, segundo a qual Chaves era visto como um feiticheiro. Seria inocente o uso e exposição da guia por parte do guerrilheiro no cotidiano da luta? Afora suas relações mais subjetivas com a religiosidade, que parecem indicar uma confluência entre sua ação política e seu pertencimento religioso, não estava ele também marcando um lugar para as “feitiçarias”¹⁶ e seu poder dentre as relações vigentes durante o conflito?

É importante lembrarmos que as crenças tidas pela população eram acionadas dentre as narrativas que circulavam sobre alguns combatentes, como demonstram os relatos sobre Dina e Osvaldão, que eram vistos como capazes de se transformar em borboleta, cupim, lobisomem e outros insetos ou animais (Teles, 2014), quando se deparavam com situações de desvantagem no front. Desse modo, ao usar a guia e dar a ler os poderes relativos ao campo espiritual, Chaves nos ajuda a entender algumas nuances das comunicações e formas de mobilização buscadas entre os guerrilheiros e essa população; comunicações que eram permeadas por sistemas de crença que adensavam os significados das lutas que estavam sendo travadas ali no Araguaia.

Considerações finais

“Imortal”, “herói”, “feiticheiro” e “denodado lutador de vanguarda”; foram muitos os adjetivos e epítetos atribuídos a Francisco Chaves por aqueles que buscaram definir pontos da sua trajetória. No caso dos documentos produzidos pelo PCdoB entre 1974-1975, chama a atenção como a sua história de vida é narrada a partir dos enquadramentos vinculados às concepções políticas defendidas em dado momento pelo partido, quando a vida de Chaves é vista como memorável justamente pela identificação a essas concepções, que deveriam ser legados à posteridade e conhecidas pelos futuros militantes e pela classe trabalhadora: “Milhares de novos lutadores seguirão seu exemplo e perpetuarão sua memória” (Partido Comunista Do Brasil, 1975, p. 200).

Apesar da visão tão positiva e esperançosa, tida à época, a trajetória desse militante ainda é pouco conhecida. Consideramos que mais do que mitificá-lo ou enquadrá-lo como um herói, faz-se importante compreender suas experiências e escolhas, a sua atuação enquanto sujeito participante de alguns dos mais emblemáticos episódios das lutas sociais travadas no Brasil no século XX.

¹⁶ Como aponta Ferreti ao tratar dos trabalhos relacionados ao Terecô em Codó: “Afirma-se que nesses trabalhos e práticas terapêuticas os terecozeiros associam à sabedoria herdada de velhos africanos conhecimentos indígenas, práticas de catimbó e da *feitiçaria* europeia e que também se apoiam no tambor-de-mina, na umbanda e na quimbanda (...)”. (Id., 2011, p. 63-64, grifo nosso).

Os rastros de sua atuação, seja na Marinha, na ANL, no PCB, no PCdoB ou na Guerrilha Araguaia, dão a ler a vida de um homem que experienciou (literalmente) na carne as tensões de quem buscara se levantar contra as relações hegemônicas que marcavam o Brasil no século XX.

Racismo, tortura, perseguição política, clandestinidade, desaparecimento forçado são algumas das palavras-chave que acabariam acompanhando um percurso que, de certo modo, permanece inconcluso, tendo em vista a não identificação dos seus restos mortais, que servem quase como metáfora de um passado autoritário que continua a fazer sombra ao nosso tempo presente.

Francisco Manoel Chaves pertenceu a uma geração de homens e mulheres negros que, nascidos nos primeiros anos pós-abolição, teriam que enfrentar durante toda a vida a luta pela cidadania e pela subsistência, em um país marcado pelo racismo e pela exclusão social das populações negras. A essas lutas, somou-se a participação intensa na causa comunista, reafirmada no que viriam a ser seus últimos anos de vida, vividos entre a luta guerrilheira e os toques dos tambores às margens do Araguaia.

Referências

- AMORIM, Carlos. *Araguaia: histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, p. 249-274.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.
- _____. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Brasília: SEDH/SEPPIR, 2009.
- BUONICORE, Augusto Cezar. *Claudino José da Silva: a voz negra e comunista na Constituinte de 46*. Portal Vermelho. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/270749-11>. Acesso em 20 Set. 2015.
- _____. *Reflexões sobre o marxismo e a questão racial*. Disponível em http://www.escolapdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES SOBRE O MARXISMO E A QUESTAO RACIAL.pdf. Acesso em 01 Mar. 2018.

- _____. *Tributo a João Amazonas* (1912-2002) – Um Comunista Brasileiro. Disponível em <https://pcdob.org.br/noticias/tributo-a-joao-amazonas-1912-2002-um-comunista-brasileiro/>. Acesso em 01 Mar. 2018.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORRÊA, Carlos Hugo Sudart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia* (1966-1974). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília: Brasília, 2013.
- FERRETI, Mundicarmo. Terecô, a linha de Codó. In: PRANDI, Reginaldo (Org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011, p. 59-73.
- FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. *Jornal A classe operária*. Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=42of>. Acesso em 01 Mar. 2018.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GORENDER, Jacob. Graciliano Ramos: lembranças tangenciais. *Estud. avançados*, São Paulo, vol. 9, n. 23, p. 323-331, 1995.
- LUIZ, Janailson Macêdo. “*Minha irmandade, vamos se reunir*”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502838282_ARQUIVO_Artigo_OTerecoeaGuerrilha.pdf. Acesso em 12 Set. 2017.
- NOGUEIRA JÚNIOR, Agildo. *Araguaia: do mito ao homem Preto Chaves*. 2009. Disponível em <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/148414/2009-06-26/araguaia-do-mito-ao-homem-preto-chaves>. Acesso em 01 Mar. 2018.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Viva a gloriosa luta dos negros Norte Americanos. *A classe operária: órgão central do Partido Comunista do Brasil*, n. 23, ano 4, 1968.
- _____. Denodado lutador de vanguarda. *A classe operária: órgão central do Partido Comunista do Brasil*, n. 85, ano 10, 1974.
- _____. *Cinquenta anos de luta*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- RODRIGUES, Alan. Identificada a ossada de Preto Chaves. *Istoé*, São Paulo, 15. Jan. 2013. Disponível em https://istoe.com.br/276044_IDENTIFICADA+A+OSSADA+DE+PRETO+CHAVES/. Acesso em 03 Jan. 2017.
- SÁ, Glênio. *Araguaia: Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.
- SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.
- SALES, Jean Rodrigues. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 9, n. 21, p. 290-311, 2017.
- SÓTERO, Edilza Correia. *Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2015.
- TELES, Janaína de A. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 18, n. 3, p. 464-480, 2014.